

Reformas no prédio — A comissão sugere a criação de mecanismos rígidos de controle para a execução de reformas nas instalações do Senado. As reformas só seriam realizadas se o plenário aprovasse um projeto de resolução, detalhando o projeto arquitetônico e os custos. Hoje, as reformas são decididas pela Mesa Diretora.

Orçamento — Para a comissão, o orçamento do Senado deve ser transparente e submetido à apreciação do plenário. A proposta é instituir um quadro de detalhamento da despesa e execução orçamentária do Senado.

Procuradoria — A comissão defende a criação de uma Procuradoria Parlamentar do Senado para

fazer a defesa da instituição e de seus integrantes.

Ouvidoria — Foi proposta a criação da Ouvidoria-Geral para receber denúncias de mau atendimento em qualquer setor do Senado.

Gráfica — A utilização da gráfica do Senado deve ser limitada, ficando expressamente proibido imprimir jornais, cartazes, calendários, cadernos e cartões.

Senadinho — A representação do Senado Federal no Rio deve ser extinta

Viagens — Devem ser estabelecidos critérios restritivos para as viagens de senadores ao exterior.

Pauta de votação — O pro-

cesso legislativo deve ser acelerado com a realização de uma sessão ordinária, por mês, para elaborar a pauta de votação do mês seguinte. A tarefa seria dividida com todos os senadores, retirando os poderes do colégio de líderes.

Comissão de triagem — A comissão constatou que o processo legislativo é prejudicado pelo excesso de projetos de lei em tramitação na Casa. Por isso, pretende-se criar uma Comissão de Triagem que seria responsável pela análise preliminar da importância de cada um dos projetos. Só depois de passar pela triagem é que uma proposta começaria a tramitar de fato.

Comissão de orçamento — Ampliar e descentralizar o nú-

cleo de discussão das leis de natureza orçamentária, reduzindo o “excessivo poder” da Comissão Mista de Orçamento.

Terceirização — A Comissão acha que o Senado deve terceirizar — contratar empresas especializadas — para executar serviços fora da atividade legislativa. Por isso, defende a revisão da natureza jurídica e das funções do Centro Gráfico (Cegraf) e do Centro de Processamento de Dados (Prodasen).

Irregularidades — Criação de uma Comissão Processante Permanente, composta por três funcionários de formação jurídica, para apurar irregularidades administrativas. Os integrantes da comissão teriam um mandato de dois anos.